

Características dos Núcleos Urbanos em São Paulo

ZÉLIA MARIA CARDOSO DE MELLO
FLÁVIO AZEVEDO MARQUES DE SAES

Inúmeros cientistas sociais já observaram as relações existentes entre a expansão cafeeira em São Paulo e o acelerado desenvolvimento urbano a partir da segunda metade do século 19. Na maior parte dos estudos, no entanto, o desenvolvimento urbano é identificado com o processo de crescimento e diferenciação da economia da cidade de São Paulo.

Não é difícil, ao percorrer a literatura referente ao tema, encontrar um núcleo explicativo comum à maior parte dos estudos. Mais importante, não se observa a existência de questões polêmicas na interpretação do processo de desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo. Desse modo, se tomarmos os textos pioneiros de Caio Prado Jr.⁽¹⁾, podemos concluir que

Os autores pertencem ao departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, USP.

(1) PRADO, Caio (Jr.). O Fator Geográfico na Formação e Desenvolvimento da Cida-

as principais proposições aí enunciadas não foram objeto de maiores contestações.

Após discutir as razões que tornaram São Paulo o principal núcleo de povoamento no planalto à época da colonização, Caio Prado Jr. procura mostrar porque, mesmo numa área secundária do Brasil Colonial, a cidade mantinha sua primazia na região. Em essência, admite-se que as condições hidrográficas e do relevo colocaram São Paulo numa posição privilegiada do ponto de vista de transportes e de comunicações:

“Como se vê, através de toda a história colonial da capitania, São Paulo ocupa o centro do sistema de comunicações do planalto. Todos os caminhos, fluviais ou terrestres que cortam o território

... de de São Paulo e Contribuição para a Geografia Urbana da Cidade de São Paulo In: **Evolução Política e Outros Estudos**. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1971. (1 ed.: 1933). p. 93-139.

rio paulista vão dar nele e nele se articulam. O contato entre as diferentes regiões povoadas e colonizadas se faz necessariamente pela capital. O intercâmbio direto é impossível''(2).

Durante o século 19, com o desenvolvimento da produção açucareira e depois da cafeeira, em São Paulo, a posição da capital acaba por se consolidar.

A cultura da cana concentrou-se em municípios próximos a Campinas (como Piracicaba, Capivari, Porto Feliz, Itu, e Moji-Mirim): em busca do porto de Santos para realizar as exportações, a região açucareira se tornava tributária da capital por onde escoava sua produção.

Já a produção cafeeira se localiza, de início, no Vale do Paraíba: esta região, voltada para o porto do Rio de Janeiro, escapava ao domínio da cidade de São Paulo. No entanto, com a progressiva expansão da cafeicultura nos antigos municípios açucareiros e o deslocamento das velhas plantações do Vale do Paraíba para o chamado Oeste Paulista, reforça-se a posição dominante da cidade de São Paulo.

Esta posição se vê reafirmada com o estabelecimento do sistema ferroviário em São Paulo. Ainda uma vez, a capital se constitui no núcleo do sistema de transporte: a rápida expansão das linhas férreas até a segunda década deste século amplia proporcionalmente as zonas produtoras sob a influência da capital.

Outro efeito das estradas de ferro sobre o desenvolvimento urbano, de acordo com Caio Prado Jr., diz respeito à eleição da capital como residência principal de muitos fazendeiros de café. Com a possibilidade de deslocamento rápido para suas fazendas, muitos grandes proprietários vieram fixar-se na cidade de São Paulo que recebia abastados habitantes ao passo que os núcleos urbanos do interior perdiam

importante elemento de sua vida econômica e social.

Finalmente, lembra Caio Prado Jr. que a cidade de São Paulo consolida sua hegemonia sob o influxo de um último fator, este derivado dos demais: a localização de indústrias nos seus limites. Ainda uma vez os fatores geográficos são importantes para explicar a concentração inicial das indústrias na capital, embora o desenvolvimento industrial seja o produto do processo de expansão da cafeicultura e de seus desdobramentos.

Muitos dos aspectos acima levantados de modo sucinto por Caio Prado Jr. foram aprofundados por outros autores, embora não se encontrem interpretações divergentes do processo de urbanização da cidade de São Paulo, pelo menos em seus traços fundamentais⁽³⁾.

Bem menos conhecido é o processo de desenvolvimento dos demais núcleos urbanos de São Paulo. Algumas proposições importantes, no entanto, estão presentes na obra fundamental de Pierre Monbeig a respeito das frentes pioneiras⁽⁴⁾, embora

(2) *Idem.* p. 104

(3) Ver, por exemplo: MONBEIG, Pierre. *La Croissance de la Ville de São Paulo*. Grenoble, Institut et Revue de Géographie Alpine, s.d.
AZEVEDO, Aroldo de. *A Cidade de São Paulo*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1958 (especialmente o Volume II).
MORSE, Richard M. *From Community to Metropolis. (A biography of São Paulo, Brazil)*. Gainesville, University of Florida Press, 1958.
BARROS, Gilberto Leite de. *A Cidade e o Planalto*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1967. Tomo II.
SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Cia Editora Nacional/EDUSP, 1968. Capítulo 2.
WIRTH, J. D. & JONES, R. L. (ed.). *Manchester and São Paulo. Problems of Rapid Urban Growth*. Stanford (Cal.) Stanford University Press, 1978.

(4) MONBEIG, Pierre. *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Paris, Armand Colin, 1952.

sua análise seja baseada na experiência mais recente (e não a que se verifica durante a Primeira República).

Por um lado, Monbeig entende que a particularidade da frente pioneira conduziria à criação de cidades distintas daquelas que Deffontaines — outro importante geógrafo francês — havia caracterizado em seu estudo sobre o Brasil:

“Deffontaines insistiu sobre a explosão brilhante mas passageira das cidades brasileiras. Mostrou como elas podiam beneficiar-se de uma pequena parte da vida comercial, difícil de organizar num país de povoamento rural disperso: o comerciante, para vender deve procurar o cliente; ele é ambulante, um “mascate” que nas costas de mulas ou num velho Ford infatigável, se desloca de fazenda em fazenda”(5).

Para a franja pioneira, no entanto, pensa Monbeig de forma diferente

“Se o povoamento continua disperso, ele é, entretanto, menos espalhado. As distâncias a vencer são menores aqui do que no Brasil Central ou no Nordeste, mais curtas do que na São Paulo das fazendas. A rede de estradas mais densa, os caminhos que só se tornam impraticáveis durante alguns dias da estação chuvosa, tornam mais fáceis as idas e vindas entre os centros urbanos e as áreas desbravadas. O pequeno pioneiro vem à vila e o comerciante pode se fixar. A mobilidade dos indivíduos é mais fácil e ela contribui para estabilizar o centro comercial, a cidade”(6).

Se, por este lado, a dimensão da cidade está associada às funções comerciais que preenche, por outro, o elemento determinante dessa dimensão é a ação dos meios de comunicação:

“É aqui o essencial. A ferrovia e a estrada criam os lugares favoráveis às bases urbanas. A facilidade de relações com as velhas zonas e com os desbravamentos opera uma verdadeira seleção entre os ‘patrimônios’ para transformá-los em cidades”(7).

Neste processo há que se distinguir as cidades que são “bocas de sertão” e as que são “ponta de trilhos”, ambas situações privilegiadas e em que a situação física não exerce qualquer influência. Com a marcha para o Oeste, as cidades perdem suas características de “boca do sertão” ou de “ponta de trilhos”. No entanto, para Monbeig, tal fato não determina, necessariamente, a perda das funções anteriormente assumidas:

“Os pioneiros que criaram o hábito de fazer regularmente suas vendas e compras com os negociantes dificilmente o perdem. Tanto mais que os laços financeiros consolidam as relações de amizade. As cidades que, desde o começo do transporte rodoviário, foram estações terminais e “boca de sertão” não são despojadas de sua clientela pela criação de novos patrimônios. De algum modo, elas passaram a fazer parte dos hábitos. A função evolui mas a antiga cidade pioneira, situada de agora em diante em uma zona de povoamento estabilizado, continua a ser necessária à vida regional. Vê-se organizar uma hierarquia urbana: as aglomerações mais jovens e menos povoadas estão a Oeste, mas aquelas do Este, a despeito de sua idade, são as mais importantes”(8).

Entendemos, portanto, que estas observações de Monbeig, sem se referirem ao objeto específico de nossas preocupações, indicam importantes hipóteses para a compreensão das funções dos núcleos ur-

(5) Idem. p. 324.

(6) Ibidem.

(7) Idem. p. 319.

(8) Idem. p. 324

TABELA 1

POPULAÇÃO DE ALGUNS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO

	1874	1886	1900
São Paulo	31.385	47.697	239.820
Santos	9.191	15.605	50.389
Campinas	31.397	41.253	67.694
Guaratinguetá	20.837	25.632	38.263
Taubaté	20.847	19.501	36.723
Sorocaba	13.999	20.166	18.562
Itapetininga	21.426	11.362	13.278
Rio Claro	15.035	20.133	31.891
Itu	10.821	15.840	17.193
Piracicaba	15.753	22.150	25.374
Bragança	19.495	16.214	32.904
Casa Branca	10.281	7.748	16.133
Ribeirão Preto	5.552	10.420	59.195
Franca	21.419	10.040	15.491
Jaú	6.406	18.341	33.412

Fonte: CAMARGO, José Francisco de. *op. cit.* Vol. 2 e 3. p. 10-27.

banos do interior e do seu desenvolvimento.

Esta breve revisão nos permite situar os objetivos deste artigo. Não se trata de insistir nas relações entre expansão cafeeira e desenvolvimento urbano — como já o fizeram vários cientistas sociais — mesmo que esta relação esteja presente como pano de fundo da discussão. Pretendemos, em primeiro lugar, apresentar evidência empírica disponível em fontes primárias pouco exploradas e que diz respeito às atividades econômicas levadas a efeito na capital e em alguns outros núcleos urbanos de São Paulo. Com base nestas informações propõe-se uma reflexão a respeito da divisão do trabalho dentro de cada cidade e entre as diferentes cidades.

Em outras palavras, acreditamos que a evolução da cidade de São Paulo impõe certos limites ao desenvolvimento dos demais núcleos urbanos de São Paulo, de modo que a análise conjunta das atividades da capital e das cidades do interior permitirá visão mais precisa desse proces-

so. A evidência empírica trabalhada neste artigo, embora precária sob muitos aspectos, já é suficiente para propor algumas hipóteses e sugerir conclusões.

1. Os Centros Urbanos de São Paulo no Início da República

Em torno de 1890 já se definira a posição dominante da capital como centro urbano, comercial, financeiro e administrativo. A consolidação da dominância da cidade de São Paulo, iniciada nos anos setenta, associou-se a mudanças no caráter das atividades econômicas das demais cidades da então Província. Este processo, que pretendemos demonstrar a partir de evidência empírica disponível, tem sua origem, a nosso ver, no estabelecimento das ferrovias e sofre os efeitos cumulativos da progressiva concentração das atividades comerciais e financeiras na cidade de São Paulo.

Uma primeira aproximação ao tema pode ser alcançada por meio dos dados populacionais já trabalhados por outros au-

tores⁽⁹⁾. Uma amostra das principais cidades paulistas à época nos permite observar os diferentes movimentos populacionais.

Estes dados devem ser interpretados com algum cuidado. Primeiramente, porque eles supõem, algumas vezes, desmembramentos de municípios. Desse modo, uma parcela do decréscimo (ou eventualmente do acréscimo) populacional pode decorrer da diferente definição da área do município em dois anos distintos. Em segundo lugar, trata-se de informação a respeito da população total dos municípios e não da população urbana. Não podemos evidentemente identificar o nível populacional assim apresentado com o grau de desenvolvimento urbano, sem conhecer o grau de urbanização (ou a relação entre a população rural e a urbana) de cada município. De qualquer modo, acreditamos que algumas conclusões são possíveis a partir dessas informações.

Ao observarmos a população a cada ano, podemos aquilatar a dimensão relativa dos diversos núcleos urbanos. Mesmo admitindo que São Paulo e Santos tivessem um grau de urbanização maior do que os demais municípios, podemos perceber que, em 1874, São Paulo e Campinas devem ter núcleos urbanos de dimensões relativamente semelhantes. As cidades do Vale do Paraíba (Guaratinguetá e Taubaté em nossa amostra) ainda mantêm uma população superior às do Oeste Paulista (como Rio Claro, Piracicaba). Ribeirão Preto e Jaú — áreas em que a cafeicultura começa a se implantar à época — são compreensivelmente menos povoadas.

Em 1886, já se nota o crescimento mais acentuado da população da capital (comparada por exemplo à de Campinas). As cidades do Vale do Paraíba parecem sofrer as conseqüências do envelhecimento

das plantações de café ao passo que são as áreas mais recentes — Jaú e Ribeirão Preto — que alcançam maior crescimento.

Para o ano de 1900, o quadro se mostra bem diferente do inicial de 1874, a consolidar uma distribuição populacional característica de São Paulo na Primeira República.

A capital avança de modo acelerado, transformando-se definitivamente em núcleo urbano e populacional diferenciado dos demais. Santos, núcleo essencialmente urbano, alcança o nível de 50 mil habitantes, sem dúvida em função da atividade exportadora de café (e da correspondente importação) que flui por seu porto. Campinas, até então rival da capital, não mais acompanha o ritmo daquela e vê surgir outro grande núcleo populacional em Ribeirão Preto. Cabe lembrar que estes dois municípios têm parcela ponderável de sua população na área rural. Os demais municípios apontados na tabela 1, embora entre os principais do Estado de São Paulo em 1900, não se destacam por seus meros dados populacionais.

Estas breves observações — com as ressalvas já indicadas — permitem portanto que se tenha uma primeira visão da importância populacional dos diversos municípios e uma aproximação precária a respeito da dimensão dos núcleos urbanos desses mesmos municípios.

Nosso interesse mais direto, no entanto, está em caracterizar as atividades econômicas desenvolvidas nos centros urbanos de São Paulo nesse mesmo período. Na falta de informações precisas (como as de censos econômicos), devemos lançar mão de outra fonte que, apesar de precária, permite-nos delinear este quadro urbano. Trata-se de um conjunto de "almanaques" da Província e do Estado de São Paulo cuja publicação, embora irregular e heterogênea, é suficiente para a tarefa que nos propusemos realizar. Tais almanaques apresentam relações nominativas de pes-

(9) Todos os dados populacionais foram obtidos em: CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*. São Paulo, IPE, 1981.

TABELA 2
SÃO PAULO – FÁBRICAS

	1873	1884	1890
Alimentos, bebidas e fumo	19	43	65
Papel, papelão e gráfica	—	1	7
Fábricas de carros e carroças	4	9	5
Mecânica (balanças, fogões)	—	—	5
Fundições (ferro, bronze, metais)	1	—	4
Não-metálicos (cal, louça, tijolos)	—	1	1
Química (velas, sabão, cola, fósforos)	—	1	5
Têxtil e confecções	6	22	40
Outras	1	4	11
TOTAL	31	81	143

soas e sociedades que exercem atividades nos diversos municípios. Tais relações não obedecem a critérios rigorosos, nem permitem por si próprias avaliar a dimensão dos negócios arrolados. Ainda assim, acreditamos que as tendências gerais possam ser inferidas pela elaboração e confronto desse tipo de informação. Optamos, para organizar os dados, pela escolha de algumas localidades e pela indicação do número de estabelecimentos (individuais ou coletivos) dedicados a cada atividade.

Não é difícil confirmar, por estas informações, os traços gerais do desenvolvimento da cidade de São Paulo nas décadas de 70 e 80 do século passado. A tendência geral é de acréscimo do número de estabelecimentos, embora, em sua maior parte, deva-se tratar de estabelecimentos de pequeno porte.

A tabela 2 nos apresenta os dados referentes ao número de fábricas registradas na capital nos anos de 1873, 1884 e 1890(10).

(10) Todas as informações para os anos de 1873, 1884 e 1890 foram obtidas nos seguintes almanaques:

Almanak da Província de São Paulo para 1873: organizado e publicado por Antonio J. B. de Luné e Paulo Delfino da ...

A tendência clara apontada pelos dados é de aumento do número de estabelecimentos representados por fábricas principalmente de alimentos, bebidas e fumos e têxteis e de confecções. Pouco podemos adiantar sobre a dimensão e a natureza destes estabelecimentos. De qualquer modo, parece expressivo o fato de que já nos anos oitenta do século passado tivesse ocorrido certa expansão nos ramos industriais que, após 1900, vieram se constituir no núcleo da expansão industrial em São Paulo.

A atividade comercial passava por expansão semelhante em suas linhas gerais. Acreditamos, no entanto, que havia também uma mudança no caráter do comércio que predominava na cidade de São Paulo. Ao lado de um grande número de estabelecimentos típicos do varejo, começam a se avolumar títulos de casas comerciais voltadas ao comércio por atacado, à importação e à exportação. Os dados refe-

... Fonseca. 1.º ano. S. Paulo, Typ. Americana, 1873.

Almanach administrativo, commercial e industrial da Província de São Paulo para o ano bissexto de 1884. 2.º ano. S. Paulo, Jorge Seckler & Cia, 1883.

Almanach do Estado de São Paulo para 1890. 7.º ano. São Paulo, Jorge Seckler & Cia. s.d.

TABELA 3
SÃO PAULO – COMÉRCIO
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS

	1873	1884	1890
Fazendas, Armazéns, Modas	40	65	94
Ferragens e Armazéns	6	18	32
Secos e Molhados	217	488	151
Têxteis, Roupas, Modas e Couros	26	40	54
Madeiras e Móveis	11	15	21
Objetos para casa	10	5	7
Livrarias	1	4	4
Papel, utensílios de escritório	5	4	13
Charutarias	—	15	17
Perfumaria	5	—	—
Joalherias	—	24	16
Lojas especializadas (máquinas, aparelhos)	2	12	39
Diversos	3	5	32
Depósitos	9	48	118
Agências comerciais e de Companhias	—	8	29
Casas de Comissões e Consignações	13	25	40
Casas de Importação	—	14	47
Casas de câmbio e de empréstimo	—	—	5
TOTAL	348	790	719

rentes à atividade comercial são apresentados na tabela 3.

É provável que esses dados estejam sujeitos a diferentes critérios de coleta. Em particular, a redução do número de alguns gêneros de estabelecimentos entre 1884 e 1890 pode decorrer de algum problema dessa ordem: julgamos improvável que o número de estabelecimentos dedicados ao comércio de secos e molhados tivesse se reduzido de 571 em 1884 para 151 em 1890, com reflexo ponderável no número total de estabelecimentos comerciais.

Ainda assim, acreditamos que há resultados expressivos nestas informações meramente quantitativas. Ao lado de grande número de lojas dedicadas ao comércio de bens de consumo no varejo, vemos aparecer e se consolidar outros tipos de comércio. Assim, em 1884 e em 1890 observamos a presença de casas comerciais espe-

cializadas em produtos bastante específicos; por exemplo: correias para máquinas, artigos para desenho, artigos para engenharia, instrumentos de cirurgia, utensílios de farmácia, instrumentos musicais, aparelhos de ótica, máquinas para lavoura e indústria. Se em 1873 apenas dois títulos são aí registrados (em instrumentos musicais), em 1884 já encontramos 12 estabelecimentos e em 1890 o número de 39.

Igualmente expressivo é o registro de crescente número de "depósitos". Mesmo que não tenhamos idéia precisa a respeito do significado de tais estabelecimentos, é claro que se trata de um instrumento do grande comércio por atacado ou de importação/exportação. Seu número, de 9 em 1873, passa para 48 em 1884 e para 118 em 1890.

Ao mesmo tempo, observamos o crescimento do número de estabelecimentos li-

gados à intermediação comercial e financeira em geral: encontramos 8 agências comerciais e de companhias em 1884 e 25 em 1890; o número de casas de comissões, consignações e importação cresce de 13 em 1873, para 39 em 1884 e para 87 em 1890; em 1890 são registrados 5 escritórios de câmbio e empréstimo.

Estes dados dos almanaques, por imprecisos que sejam em seu rigor quantitativo, nos sugerem não apenas a expansão física do comércio da cidade de São Paulo mas principalmente sua crescente complexidade. Lojas especializadas são estabelecidas em resposta a um mercado (de bens de consumo e de produção) em crescimento e intermediários do comércio de importação e exportação também se estabelecem em São Paulo. Em particular, a capital parece se transformar no grande centro de distribuição de bens de consumo importados por estarem aqui localizadas as casas importadoras de maior peso. A este respeito, vale lembrar a polêmica levantada no início da década de 1890 quando é aprovada a instalação da Alfândega na capital: as mercadorias importadas pelas casas da cidade de São Paulo seriam despachadas diretamente do navio para São Paulo onde se faria o desembarque aduaneiro. Evidentemente, o comércio santista em geral (e em particular os agentes comerciais e os despachantes aduaneiros) levanta-se contra a medida, que acaba não sendo levada à frente⁽¹¹⁾.

Dentro deste meio urbano em expansão e diversificação, outras atividades ligadas à "modernização" começam a surgir. Já em 1873 encontramos a empresa de iluminação à gás em São Paulo (The São Paulo Gás Co. Ltda); nos anos oitenta, surgem empresas de transportes urbanos, no caso o bonde à tração animal: a Companhia Carris de Ferro de São Paulo se

sucedem outras — Companhia de Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro e a Companhia de Carris de Ferro de Santana. Também nos anos oitenta é formada a Companhia Cantareira e Esgotos que na década seguinte passa ao controle do Governo do Estado de São Paulo. Encontramos referências ainda nos anos oitenta à Companhia União Telefônica do Brasil e à Empresa Paulista de Eletricidade, cuja história posterior é desconhecida.

Também no setor bancário, a capital, no correr da década de oitenta, adquire clara primazia sobre as demais cidades com a instalação de bancos nacionais e estrangeiros. Assim, em 1887 encontramos os seguintes estabelecimentos de crédito: London & Brazilian Bank, English Bank of Rio de Janeiro, Comercial de São Paulo, Crédito Real de São Paulo, da Lavoura, Mercantil de Santos (agência), Banco do Brasil (filial) e Casa Bancária da Província de São Paulo⁽¹²⁾.

No correr dos anos noventa, a capital acaba por se constituir no núcleo das atividades comerciais e financeiras, com a exceção do comércio de exportação de café sediado em Santos. Estas atividades comerciais e financeiras são, por fim, controladas por alguns grupos que mantêm vínculos com diversas empresas. Tomemos, por exemplo, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, cuja sede era na capital: encontramos importantes acionistas e diretores desta empresa como dirigentes de vários outros negócios de relevo para a economia paulista. Por exemplo: Banco do Comércio e Indústria de São Paulo — sucessor da Casa Bancária da Província de São Paulo — (Antonio Prado); Banco de São Paulo (Conde Prates); Banco União de São Paulo e Companhia Telefônica de São Paulo (Antonio Lacerda Franco); Companhia Mecânica e Importa-

(11) Cf. SAES, Flávio A.M. de A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira. 1850-1930. Tese de Doutorado. FFLCH-USP. São Paulo, 1979. (mimeo). p. 146 e ss.

(12) Cf. SAES, Flávio A.M. de. O Desenvolvimento do Crédito e dos Bancos em São Paulo. 1850-1930. Tese de Livre-Docência. FEA-USP. São Paulo, 1983. p. 89. (mimeo).

TABELA 4
SANTOS – FÁBRICAS

	1873	1884	1890
Alimentos (Torref., moagem de café, refinação de açúcar)	—	5	8
Bebidas e fumo	11	8	5
Fábricas de carros e carroças	2	3	3
Fábrica de cal	5	4	2
Química (Pólvora e sabão)	—	1	2
Têxtil (sacos para café)	—	—	2
TOTAL	18	21	22

dora (família Souza Queiróz); Companhia Central Paulista, futura Companhia Prado Chaves (família Silva Prado). Estes exemplos poderiam ser multiplicados em torno de outros negócios da mesma ou de menor expressão, a sugerir que a cidade de São Paulo se tornara efetivamente o centro comercial e financeiro do estado nestes anos da primeira década republicana.

Cabe indagar qual o caminho percorrido pelas demais cidades entre 1870 e 1900.

Santos consolida, ao longo desse período, sua característica de cidade portuária e comercial. Embora ali tivessem se estabelecido bem cedo uma empresa de serviços públicos (a Companhia Melhoramentos da Cidade de Santos, de 1870, mais tarde City of Santos Improvements Co. Ltda) e três bancos (agências do English Bank of Rio de Janeiro em 1876; do London and Brazilian Bank em 1881; Banco Mercantil de Santos em 1872; além desses de maior permanência também o Banco Mauá, liquidado em 1875, manteve agência em Santos), não encontramos desdobramentos posteriores que pudessem transformar aquela cidade em algo mais do que um centro portuário e comercial.

Como já nos referimos acima, nem mesmo o comércio de importação foi con-

trolado por casas santistas, ou seja, Santos limitou-se às operações ligadas ao comércio de exportação. Na década de noventa, com a instalação da Companhia Docas de Santos, consolida-se o caráter da economia santista. O Banco Mercantil de Santos não sobreviveu à crise financeira de 1901, eliminando a única instituição financeira santista de vulto que poderia tentar transformar Santos em um centro financeiro de maior relevo.

Os dados disponíveis confirmam este caráter da economia santista. Na tabela 4, encontramos informações a respeito da frágil indústria daquela cidade.

A informação evidencia tanto a reduzida quantidade de fábricas quanto sua pequena diversificação.

Já em relação à atividade comercial, percebe-se a marca clara de uma cidade dedicada à exportação. O comércio local não chega a ser numericamente muito expressivo (salvo o número de 292 estabelecimentos de fazendas, secos e molhados e armarinhos). Já a presença de razoável número de depósitos nos parece importante, do mesmo modo que o de comissários, despachantes e outros agentes ligados ao processo de exportação. Estes dados estão condensados na tabela 5. Por fim, o caráter portuário da cidade é refletido na pre-

TABELA 5
SANTOS – COMÉRCIO
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS

	1873	1884	1890
Fazendas, Secos e Molhados e Armarinhos	48	89	292
Alimentos e bebidas	39	10	5
Material para construção	1	4	—
Artigos de papelaria e escritório	7	10	5
Máquinas e instrumentos	1	3	—
Louças e vidros	8	2	4
Fazendas, roupas e couros	12	7	23
Diversos	1	2	
Depósitos	19	23	33
Comissários	86	103	141
Despachantes e alfândega	—	—	17
Agentes comerciais e de leilões	5	2	1
TOTAL	227	255	521

sença de alugadores de carros e carroças e proprietários de pontes de embarque, de pontões, de saveiros e de rebocadores em 1890, ou seja, antes do estabelecimento da Companhia Docas de Santos.

A experiência de Campinas entre 1870 e 1900 indica um processo semelhante ao de Santos (no que diz respeito à "concorrência" com São Paulo), embora suas características sejam outras.

Certamente Campinas não se define como uma cidade industrial: a tabela 6 nos mostra a existência de um grupo de fábricas pouco diferenciado.

Por outro lado, podemos encontrar em Campinas algumas sociedades de porte relativamente grande. É o caso da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro que tem sua sede e sua estação inicial naquela cidade; da Companhia de Iluminação, da Companhia Campineira de Carris de Ferro e ainda do Banco de Campinas fundado em 1872 (mas que não parece ter tido vida longa).

O mais expressivo, no entanto, na experiência de Campinas, diz respeito às transformações por que passa a atividade comercial, de acordo com os dados indicados nos almanaques e resumidos na tabela 7.

O comércio de varejo aparentemente crescia na proporção demandada pelo próprio crescimento da população. No entanto, aqueles estabelecimentos voltados ao comércio por atacado ou à intermediação reduzem seu número entre 1873 e 1890.

Parece-nos que o caso dos depósitos e das casas de comissões sejam marcantes, embora o mesmo possa se verificar com lojas de fazendas e armarinhos e lojas de ferragens. Tudo indica, portanto, que o núcleo urbano de Campinas começa a perder, na década de 1870, as funções comerciais que exercera até então. Acreditamos que isto ocorre em função da conclusão das linhas férreas da Paulista e da Mogiana em 1872 e 1875 respectivamente.

O efeito das ferrovias sobre a estrutura

TABELA 6
CAMPINAS – FÁBRICAS

	1873	1884	1890
Fábricas de alimentos	2	2	7
Fábricas de bebidas e fumo	5	5	10
Fábricas de carros e carroças	6	3	4
Têxteis (chapéus, chapéus de sol)	5	4	3
Diversas (sabão, máquinas, louças)	4	—	3
TOTAL	22	14	27

TABELA 7
CAMPINAS – COMÉRCIO
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS

	1873	1884	1890
Fazendas e Armazéns	44	32	29
Secos e Molhados	172	126	225
Lojas de ferragens	16	7	8
Roupas e Chapéus	2	—	5
Joalherias	1	7	—
Artigos importados	—	2	3
Madeiras e Móveis	1	—	1
Papéis e vidros	3	—	3
Artigos de montaria	—	2	—
Depósitos	40	25	28
Comissões e compradores de café	38	9	9
Agências comerciais e de leilões	—	2	2
TOTAL	317	212	313

das cidades já foi sugerido anteriormente pelas referências a Caio Prado e a Pierre Monbeig. No caso de Campinas, tanto a ligação com São Paulo e Santos quanto o prolongamento das linhas em direção a Mogi e a Rio Claro parecem ter alterado os esquemas de comercialização. As casas de comissões de Campinas deixam de ser necessárias para o processo de exportação, do mesmo modo que a cidade não precisa mais desempenhar o papel de um centro de redistribuição de mercadorias importadas, já que as ferrovias permitiriam a re-

messa direta da casa importadora para o comerciante de varejo.

Este esquema, simplificado é verdade, parece ser verossímil quando confrontado com a experiência de duas outras cidades: Rio Claro e Sorocaba.

Rio Claro foi, durante alguns anos, estação terminal da linha da Companhia Paulista, mas o prolongamento em direção a São Carlos e Araraquara deve ter produzido efeitos semelhantes aos verificados em Campinas. Dispomos de dados apenas para

TABELA 8
RIO CLARO – FÁBRICAS

	1873	1884
Refinação de açúcar	1	—
Fábricas de bebidas e vinagre	3	3
Fábricas de máquinas	4	—
Fábricas de carros e carroças	3	2
TOTAL	11	5

TABELA 9
RIO CLARO – COMÉRCIO
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS

	1878	1884
Lojas de fazendas, ferragens, secos e molhados	97	99
Casas de Importação e Exportação	8	5
Depósitos	54	—
Carroceiros e alugadores de carros	25	5
Tropeiros e Cocheiras	11	—
TOTAL	195	109

os anos de 1873 e 1890, mas mesmo assim a tendência indicada pode ser confirmada.

A cidade não se destacava, à época, pelo número ou pela diversidade de suas fábricas, como vemos na tabela 8.

Quanto à atividade comercial, registrou-se pequeno aumento de lojas de fazendas, ferragens, secos e molhados e certa redução no número de casas de importação e exportação. O grande número de depósitos registrado em 1873⁽⁵⁴⁾, não encontrava qualquer referência para 1884. Finalmente, dos 36 “estabelecimentos” voltados ao transporte (aluguel de carros e carroças, carroceiros, tropeiros e cocheiras) informados em 1873, restavam apenas 5 em 1884, como se observa na tabela 9.

Apesar da já anotada precariedade dos dados obtidos nos almanaques, acreditamos que efetivamente Rio Claro tivesse sofrido o impacto, como Campinas, do prolongamento da linha férrea, perdendo sua característica de estação terminal.

Embora Sorocaba possa ter passado por processo semelhante ao de Rio Claro ao perder a condição de “ponta de trilhos”, os efeitos não devem ter sido tão sensíveis pois a ferrovia não se dirigiu ao sul, em direção ao Paraná. Assim, apesar de se tratar de zona pouco povoada, restava a Sorocaba uma área de influência comercial.

A natureza da indústria em Sorocaba não difere substancialmente da das demais cidades do interior, como vemos na tabela

TABELA 10
SOROCABA – FÁBRICAS

	1873	1884	1890
Fábricas de alimentos e bebidas	—	6	6
Têxteis (chapéus e tecidos de algodão)	2	4	3
Química (pólvora e velas)	1	2	—
Fábrica de cal	—	—	6
Fábricas de carros	2	—	—
TOTAL	5	12	15

TABELA 11
SOROCABA – COMÉRCIO
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS

	1873	1884	1890
Fazendas e ferragens	17	21	25
Fazendas por atacado	—	—	1
Ferragens por atacado	—	—	1
Secos e Molhados	79	97	107
Gêneros do País	—	3	—
Couros e arreios	2	2	6
Louças	—	—	1
Armazéns e armazinhos	21	—	2
Negociantes de ferragens	—	2	—
Negociantes	—	25	—
Casas de Comissões	—	3	3
Cocheiras e carroceiros	2	—	1
TOTAL	121	153	147

10. Há a registrar a existência de uma fábrica de tecidos de algodão em 1884, fruto provável do surto algodoeiro naquela área da então Província de São Paulo.

Já em relação ao comércio, ao lado de grande número de negociantes de secos e molhados, encontramos também lojas de ferragens (inclusive uma por atacado) negociantes de couro e de gêneros do país. Também eram registradas três casas de comissões em 1884 e 1890, como vemos na tabela 11.

Estas observações a respeito da atividade econômica de centros urbanos de São Paulo entre 1870 e 1900 poderia ser ampliada pela exploração mais minuciosa das informações dos almanaques no que diz respeito a outros tipos de estabelecimentos (como bares, hotéis, restaurantes, farmácias, açougues etc) e de profissões (tanto as chamadas liberais como a de profissionais manuais — marceneiros, pedreiros, ferreiros etc). Acreditamos, no entanto, que nos limites deste artigo é possível alcançar uma síntese razoavelmente

TABELA 12

POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS PAULISTAS – 1900-1934

	1900	1920	1934
São Paulo	239.820	579.033	1.033.261
Santos	50.389	102.589	142.059
Campinas	67.694	115.602	132.819
Guaratinguetá	38.263	43.101	38.288
Taubaté	36.723	45.445	36.564
Itapetininga	13.278	25.987	29.041
Sorocaba	18.562	43.323	66.918
Rio Claro	31.891	50.416	55.706
Itu	17.193	30.392	30.796
Piracicaba	25.374	67.732	73.425
Bragança	32.904	55.719	54.695
Casa Branca	16.133	26.397	26.701
Ribeirão Preto	59.195	68.838	81.565
Franca	15.491	44.308	60.237
Jaú	33.412	42.586	53.779
Bauru	7.815	20.386	45.852

Fonte: CAMARGO, J.F. *op. cit.* Vol. 2 e 3. p. 10-27.

precisa sem ampliar a informação empírica nele contida.

2. Desenvolvimento e Modernização dos Centros Urbanos de São Paulo (1900-1930)

A concentração, na capital, das atividades comerciais e financeiras, já observada nas décadas de oitenta e noventa do século passado, tende a se acentuar até 1930. Tal fato não significa mera continuidade do processo anterior, mas parece estar agora condicionado pelo crescimento da grande indústria, também ela localizada na cidade de São Paulo. A hipótese proposta é de que até 1900 a organização dos centros urbanos se dá em função das atividades de apoio à agroexportação (comércio, transporte, financiamento, comércio de importação para a economia agroexportadora), ao passo que após 1900 o elemento central no definir dessa organização dos centros urbanos é a expansão da grande indústria concentrada na capital do esta-

do. É óbvio, 1900 é tomado como um marco cronológico genérico, apenas como ponto de referência para a análise.

Ainda uma vez, os dados populacionais são úteis para se alcançar uma primeira aproximação. Mais do que comparar taxas de crescimento, importa reter a nítida diferenciação das cidades pelo número de seus habitantes, como nos mostra a tabela 12. Os dados são eloquentes e dispensam comentários alongados. Trata-se de observar que o desenvolvimento populacional da capital não tem paralelo em qualquer outro município do estado entre 1900 e 1934. Mais importante ainda, que ao próprio nível da população já é possível prever a existência de profundas diferenças entre as estruturas desses municípios, fato que pretendemos explorar a seguir a partir de informações empíricas a respeito de alguns deles.

Não é necessário retomar neste artigo o tema da industrialização em São Paulo.

TABELA 13

ESTATÍSTICA DO IMPOSTO PREDIAL NO DISTRITO FISCAL
DA CAPITAL (N.º DE PRÉDIOS)

	Térreos	Assobradados	De um andar	De mais de um andar
1889	18.010	1.866	1.678	102
1900	18.507	2.061	1.734	105
1901	18.298	3.177	1.182	
1902	18.525	3.183	1.205	
1903	18.252	3.774	1.807	116
1904	18.761	3.934	1.852	118
1905	20.215	3.680	1.950	128
1906	20.782	3.850	2.012	133
1907	21.217	4.685	1.974	155
1908	21.899	4.914	2.008	175
1909	22.798	5.979	2.033	187
1910	23.854	6.728	2.145	187
1911	26.750	6.600	2.619	159
1912	29.542	7.134	2.859	162
1913	33.451	7.387	2.937	165
1914	37.564	8.351	3.529	168
1915	38.591	10.534	3.765	242
1916	39.649	10.937	3.989	243
1917				
1918				
1919				
1920				
1921				
1922	44.904	13.570	5.640	377
1923	50.278	13.867	6.446	425
1924	52.376	14.112	7.062	449
1925	57.127	13.833	9.048	490
1926	58.748	14.390	9.785	505

Fonte: Anuário Estatístico de São Paulo de 1916, V. 2, p. 282.
Anuário Estatístico de São Paulo de 1922 a 1926, p. 482, 483.

Ele já foi bastante bem explorado, de modo a nos fazer conhecer as principais características das fábricas que se instalam na capital: nos ramos de maior importância encontramos fábricas de grande porte, com grande número de trabalhadores.

O crescimento populacional e a expansão da indústria exigem o crescimento físico da cidade expresso, por exemplo, pelo número de edifícios sujeitos ao imposto predial. A tabela 13 nos mostra este

dado, identificando o número de prédios térreos, assobradados, de um andar e de mais de um andar. Os números são compatíveis com os do crescimento populacional, sugerindo, portanto, a intensificação da atividade de construção civil.

Certamente isso não poderia deixar de ter correspondência com a estrutura comercial da cidade. Em trabalho recente, baseado nos livros de lançamento de impostos da Secretaria da Fazenda do Esta-

TABELA 14

SÃO PAULO (MUNICÍPIO)
COMÉRCIO DE MERCADORIAS – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS

	1914	1929
Prods. extrativos e agropecuários	54	188
Mat. p/constr. elétrico e ferragens	142	580
Máq. aparelhos e equipamentos	59	201
Artefatos de Borracha		17
Veículos, peças e acessórios	31	218
Móveis, arts. de habitação e de utilidade doméstica	212	513
Art. de papelaria, livraria, jornais e revistas	74	217
Prods. químicos e farmacêuticos	366	463
Combustíveis e lubrificantes	71	891
Tecidos e fios têxteis	471	905
Arts. do vestuário, de armarinho e uso pessoal	397	1.246
Produtos alimentícios	612	2.192
Bebidas e artigos de tabacaria	112	307
Artigos diversos	42	94
Mercadorias em Geral, incluídos gêneros alimentícios	2.221	3.446
Artigos usados	41	204
TOTAL	4.905	11.682

Fonte: NOZOE, Nelson Hideiki. A Estrutura Tributária e as Atividades Econômicas na Capital Paulista. Tese de Doutorado apresentada à FEA/USP, São Paulo, 1983 (mimeo) p. 118.

do de São Paulo, Nelson H. Nozoe fornece um quadro do número de estabelecimentos comerciais na capital por gênero de mercadoria⁽¹³⁾. Os informes, sinteticamente reproduzidos na tabela 14, revelam a existência de 4.905 estabelecimentos comerciais em 1914 e 11.682 em 1929. Devemos nos lembrar que em 1890 encontrávamos no almanaque o registro de 480 estabelecimentos comerciais. Uma vez que os dados provêm de fontes distintas, não se pode afirmar nada de absoluto sobre o significativo aumento do número de cada comerciais. Entretanto a magnitude da diferença evidencia o crescimento da cidade e torna desnecessária a discussão dos dife-

rentes critérios para a coleta das informações.

Ainda em 1914, predominam numericamente as pequenas lojas de varejo que atendem à crescente população. O ramo de "Mercadorias em geral, incluídos os gêneros alimentícios" responde por 45,3% do número de estabelecimentos em correspondência com o registro anterior do gênero "Secos e Molhados". Se somarmos a "Mercadorias em geral" os estabelecimentos de "Tecidos e Artigos do Vestuário e de Produtos Alimentícios" atingimos 75% dos estabelecimentos comerciais de 1914.

Já em 1929, o gênero de "Mercadorias em geral" comparece com 29,5% dos estabelecimentos comerciais, fato que sugere (ao lado de uma possível mudança de critério dos lançadores) a tendência à es-

(13) NOZOE, Nelson A. A Estrutura Tributária e as Atividades Econômicas na Capital Paulista. Tese de Doutorado FEA-USP. São Paulo, 1983. (mimeo).

pecialização do comércio varejista. Esta mesma tendência parece estar presente ao nível do comércio em geral por meio da afirmação de alguns ramos antes de pequena importância.

O aumento do número de estabelecimentos dedicados ao comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos agrícolas, industriais e comerciais indica a especialização nesse gênero de mercadoria e ainda sua concentração na cidade de São Paulo. Igualmente importante é a consolidação de um ramo dedicado ao comércio de material de construção, elétrico e ferragens a confirmar o ritmo acelerado da construção na cidade de São Paulo. Con-

vém notar também a presença crescente de dois ramos: "Veículos, peças e acessórios" e "Combustíveis e Lubrificantes", expressão de novo elemento (o automóvel e o caminhão) que já começava a fazer parte do cotidiano.

É necessário assinalar que alguns destes ramos novos são também aqueles em que encontramos os estabelecimentos de maior porte. O mesmo trabalho em que nos baseamos arrola o capital médio de cada segmento comercial (de acordo com os dados fiscais). Indicamos abaixo, por ordem de capital médio dos estabelecimentos, os quatro maiores e os quatro menores ramos para 1914 e 1929:

MAIORES:	1914	1929
1.º	Material para construção	Veículos, peças e acessórios
2.º	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Artigos de borracha
3.º	Tecidos e fios têxteis	Máquinas, aparelhos e equipamentos
4.º	Veículos, peças e acessórios	Material para construção
MENORES:		
1.º	Artigos usados	Artigos usados
2.º	Combustíveis e lubrificantes	Produtos alimentícios
3.º	Produtos alimentícios	Mercadorias em geral
4.º	Mercadorias em geral	Produtos químicos e farmacêuticos

Torna-se claro, desta forma, a progressiva diferenciação e especialização do comércio da capital que, ao lado de grande número de estabelecimentos de pequeno porte dedicados ao varejo de alimentos, roupas e mercadorias em geral, passava a comportar um setor de grandes casas comerciais, especialmente em segmentos novos (como o de veículos, material de construção, máquinas e equipamentos para a indústria e para a agricultura).

Também os serviços de utilidade pública são objeto de profunda transformação entre 1900 e 1930. Embora os primeiros ensaios já estivessem estabelecidos ao fim do século 19, há um fato novo que dá unidade quase completa a este setor: a formação da *Light* em 1901. Recapitulamos brevemente o que se passa.

Se o serviço de águas e esgotos fora transferido para o Governo do Estado de São Paulo ao fim do século 19, os demais serviços de utilidade pública estavam em mãos de empresas privadas: estrangeira, no caso da iluminação à gás (São Paulo Gas Co. Ltd. de origem inglesa) e nacionais nos demais casos: transporte urbano à tração animal (Companhia Viação Paulista), telefones (Companhia Telefônica do Estado de São Paulo), energia elétrica (Companhia Água e Luz de São Paulo). Todas estas empresas sucumbem, mais cedo ou mais tarde, diante da força do grupo *Light*.

O ponto de partida para a entrada da *Light* em São Paulo está na concessão dada em 1897 pela Câmara Municipal a Francisco Gualco e a Antonio A. de Sou-

za para estabelecimento de linhas de bondes elétricos. Em 1899, diante de proposta de unificação dos contratos da Companhia Viação Paulista, aqueles concessionários anunciam terem organizado no Canadá a *The São Paulo Tramway, Light and Power Co.* Efetivamente, em abril de 1899 fora fundada no Canadá aquela empresa — com capital inicial de US \$ 6.000.000 (equivalente, ao câmbio do ano, a cerca de quarenta mil contos de réis). A São Paulo Light é autorizada a funcionar no Brasil por um decreto de 17 de julho de 1899. Os dois concessionários originais não têm qualquer vínculo com a empresa, apenas transferindo a ela, em outubro de 1899, seus direitos para explorar a viação elétrica em São Paulo⁽¹⁴⁾.

A Light começa, então, por definir suas linhas de bondes elétricos, em geral paralelamente às da Companhia Viação Paulista. Segue-se disputa judicial, mas a Light acaba vencendo: no plano legal, ao obter autorização para continuar sua atividade, e no plano econômico, pois já em março de 1900 a Companhia Viação Paulista entra em concordata e um ano depois tem decretada sua liquidação forçada⁽¹⁵⁾.

O caso da Companhia de Água e Luz de São Paulo é semelhante ao da Viação Paulista. O próprio relatório da Companhia, em dezembro de 1901, é suficientemente esclarecedor:

“No mês de setembro deste ano a Companhia Light and Power iniciou a distribuição nesta cidade de corrente elétrica produzida em sua usina em Parnaíba, estabelecendo de conformidade com anúncios anteriormente feitos, o preço de 4\$000 por cada lâmpada

(14) Cf. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 22/2/1892; 5/8/1894; Lei n.º 304 da Câmara Municipal de São Paulo; *O Estado de São Paulo*. 1/5/1899 e 4/8/1899.

(15) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 19/2/1899; 19/6/1900; *O Estado de São Paulo*. 18/2/1901.

por mês, sendo este preço mais ou menos a metade do que esta Companhia havia até então cobrado. Prevendo que a concorrência da Light and Power Company resultaria para nós uma perda total de consumidores, se os nossos preços não fossem reduzidos ao mesmo algarismo e sendo impossível fazer essa redução sem uma correspondente redução nas despesas de custeio, entramos em acordo com a Light and Power para comprar-lhes corrente para os nossos consumidores por um preço muito abaixo do custo de produção em nossa usina. Em consequência disto, foi a nossa usina fechada no dia 24 de agosto e daí para cá os nossos consumidores têm sido supridos de luz por intermédio da Light and Power nos termos do acordo. Não obstante haveremos reduzido nossos preços igualando-se aos da Light and Power, o número de nossos consumidores diminuiu consideravelmente. . . Em nossa opinião é impossível à Companhia continuar a funcionar e, portanto, recomendamos a sua liquidação amigável, de acordo com a lei”(16).

Efetivamente isso ocorre logo em seguida com a transferência de seu ativo para a Light.

Se o processo de transferência da São Paulo Gas Co. para o grupo Light não pode ser documentado (embora ocorra também durante o mesmo período), o da Companhia Telefônica é melhor conhecido. A Companhia Telefônica do Estado de São Paulo, inicialmente presidida por Victor Nothmann (também presidente da Companhia de Água e Luz acima referida), nos anos noventa passa ao controle do Banco União de São Paulo; após a liquidação deste em 1906, tem como seu presidente e principal acionista Antonio de Lacerda Franco. A partir de 1915, no entanto, é possível identificar a presença

(16) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 8/12/1901.

de acionistas ligados à Light pois Alexander Mackenzie (diretor do grupo canadense) é eleito diretor da Companhia Telefônica. Em 1916 é o próprio grupo Light (por meio da Rio de Janeiro, Tramway, Light and Power Co) que comparece entre os acionistas. Finalmente em 1919, o próprio presidente da empresa — Lacerda Franco — declara a aquisição total das ações da Companhia Telefônica pelo grupo Light e, portanto, sua transferência completa⁽¹⁷⁾.

Desse modo, em torno de 1920 o grupo Light tem o monopólio dos serviços de utilidade pública na capital, monopólio que lhe garante expansão rápida dos negócios. Sem dúvida, o binômio transporte urbano-energia elétrica constitui o núcleo principal das atividades da empresa que avança, como veremos adiante, além dos limites da cidade de São Paulo.

Igualmente importante é a presença de empresas estrangeiras em outra atividade na capital paulista — o setor bancário — embora não exista aqui o monopólio, como no caso da Light.

Após a multiplicação de empresas de crédito dos anos noventa — no quadro típico do Encilhamento — há a liquidação de grande número de bancos, principalmente após a crise bancária de 1901. Na cidade de São Paulo, restam em 1906 dois grandes bancos nacionais: o do Comércio e Indústria e o Banco de São Paulo; a seu lado, alguns bancos estrangeiros como o *Brasilianische Bank*, *British Bank*, *London and Brazilian Bank* e *London and River Plate Bank*. Ainda em 1906 dois bancos de origem italiana mantinham agências na capital: *Commerciale Italiano* de São Paulo (formado por industriais daquela nacionalidade mas residentes em São Paulo e, mais tarde, transformado no Banco Francês e Italiano para a América do Sul) e o Banco Italiano do Brasil.

(17) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 2/3/1900; 12/1/1910; 3/12/1910; 3/6/1915; 18/10/1919.

Esse é o conjunto de bancos instalados na primeira década do século na capital, conjunto esse que é transformado a partir de 1909: nesse ano, instala-se o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo (com concessão especial do Governo do Estado e dirigido por um grupo francês). No ano seguinte dá-se a instalação do já citado Banco Francês e Italiano para a América do Sul, como prelúdio à expansão do setor bancário das duas décadas seguintes. Basta arrolar o nome dos principais bancos que se instalam na capital a partir desse ano: Ítalo-Belga (1911), Espanhol do Rio da Prata (1911), Comercial do Estado de São Paulo (1912), Alemão Transatlântico (1913), Francês para o Brasil (1913), First National City Bank of New York (1915), Nacional Ultramarino (1916), Holandês para a América do Sul (1919), Português do Brasil (1919), Royal Bank of Canada (1920), Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais (1920), Banco do Brasil-agência (1921), London and South America (1923 — fusão do London and Brazilian e do London and River Plate Bank), Noroeste do Estado de São Paulo (1923), Germânico da América do Sul (1925), Banco do Estado de São Paulo (1926 — sucessor do Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo), além de bancos e casas bancárias de menor porte⁽¹⁸⁾.

Evidentemente, embora se trate apenas de uma relação de instituições de crédito, percebe-se a dimensão representada então pelo mercado da cidade de São Paulo para admitir a presença de um conjunto tão vasto de estabelecimentos. O crescimento da capital provocava, como vimos, a expansão dos serviços de utilidade pública monopolizados pelo capital estrangeiro.

Esta complexidade da economia urbana da capital pode, afinal, ser reafirmada por dados do Recenseamento de 1920 que nos

(18) Cf. SAES, F.A.M. de. *O Desenvolvimento do Crédito e dos Bancos em São Paulo*. Op. Cit. Apêndice.

NÚCLEOS URBANOS EM SP

mostra a participação da população ativa nos diversos setores⁽¹⁹⁾ e vem ilustrar a

descrição que fizemos nas páginas anteriores dos diferentes segmentos de atividade.

SÃO PAULO – 1920

População total	579.033	
População ativa	188.132 (100%)	
Produção Primária	14.500 (7,7%)	
Comércio	28.629 (15,2%)	
Administr. e Prof. Lib.	28.747 (15,3%)	
Transportes e Comunic.	13.914 (7,4%)	
Construção	21.102 (11,2%)	
Vestuário e Toucador	34.455 (18,3%)	
Têxtil	10.408 (5,5%)	
Metalurgia	10.103 (5,4%)	86,0%

Cabe indagar agora o que estaria ocorrendo nas demais cidades do estado no mesmo período. Infelizmente não temos à nossa disposição a mesma riqueza de dados apresentada nos *Almanaques da Província* (que arrolavam todos os municípios), sendo possível apenas fazer uso de alguns *Almanaques de municípios* (em pequeno número e para um ou dois anos) e de outras evidências disponíveis.

O sentido geral da observação possível de ser realizada é de que não houve nas cidades do interior qualquer desenvolvimento paralelo ao da capital. Pelo contrário, a concentração de elementos comerciais, financeiros e industriais na capital acabou por inibir a transformação das ex-

periências locais em empresas de maior porte. Desse modo (e salvo exceções bem determinadas), o comércio, os bancos e as fábricas das cidades do interior têm âmbito puramente local, não conseguindo, dessa forma, concorrer com as empresas sediadas na capital.

Evidentemente, Santos mantém suas funções comerciais e portuárias, escapando a esta caracterização geral. Mas a distribuição da população ativa por setores em 1920 – única informação que conseguimos levantar – sugere que não teriam ocorrido desdobramentos mais expressivos a partir dessa estrutura comercial e portuária.

SANTOS – 1920

População total	102.589	
População ativa	25.668 (100,0%)	
Produção primária	5.453 (21,2%)	
Comércio	4.882 (19,0%)	
Administr. e Prof. Liberais	3.556 (13,9%)	
Transportes e Comunicação	3.821 (14,9%)	
Construção	2.368 (9,2%)	
Vestuário e Toucador	2.457 (9,6%)	87,8%

(19) Todas as informações a respeito da distribuição populacional por atividades nos municípios do Estado de São Paulo foram obtidas no Recenseamento de 1920.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Recenseamento do Brasil 1.º de setembro de 1920; VOLUME IV (5.ª parte);** Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1930. POPULAÇÃO; TOMO II.

TABELA 15
CAMPINAS – INDÚSTRIA: 1912

	1912
A) Alimentos	
Benefício de arroz	3
Refinações de açúcar	10
Fábrica de massas	7
Fábrica de biscoitos	2
TOTAL	22
B) Bebidas e fumo	
Fábrica de vinagre	1
Fábrica de cerveja e licores	14
Fábrica de fumo	1
TOTAL	16
C) Não-Metálicos	
Olarias	11
Fábrica de ladrilhos	3
Fábrica de louças	1
TOTAL	15
D) Química, Transportes, Mad. e Móveis	
Fábrica de sabão	4
Fábrica de carros	2
Fábrica de móveis	2
TOTAL	8
E) Outros	
Fábrica de flores	1
TOTAL	1
TOTAL GERAL	62

Campinas – outro município com mais de 100.000 habitantes em 1920 – não alcança desenvolvimento comercial e industrial apreciável. Os dados disponíveis para 1912 reproduzem a estrutura comercial característica dos períodos anteriores: grande número de lojas dedicadas ao comércio de gêneros alimentícios e de roupas, mas sem que se observe qualquer tendência a maior especialização ou à constituição de grandes casas comerciais. Do mesmo modo, a indústria campineira

não parece ter avançado além de seu estágio anterior, salvo pelo registro de dez “refinações de açúcar”. O exame da tabela 15 e da tabela 16 confirma com nitidez estas afirmações.

Podemos igualmente observar as características do comércio e da produção fabril em torno de 1910 em Amparo, Itu e Franca, como nos mostram as tabelas 17 a 22. Evidentemente não se trata de uma amostra significativa dos municípios pau-

TABELA 16
CAMPINAS
COMÉRCIO, SERVIÇOS, PROFISSÕES LIBERAIS
COMÉRCIO

	1912
Arreios e acessórios	6
Artigos para cerveja	3
Artigos para eletricidade	1
Armarinhos, fazendas e modas	46
Venda de brinquedos	5
Casas de calçados	19
Charutarias	5
Chapéus para homens ou senhoras	10
Ferragens, louças	16
Gêneros alimentícios, frutas, quitandas	266
Instrumentos de música	4
Livrarias e papelarias	7
Máquinas de costura	2
Máquinas agrícolas	2
Plantas e flores naturais	1
TOTAL	393

listas. De qualquer modo, ela confirma as hipóteses que vimos propondo: a de existência, nas cidades do interior, de um comércio de âmbito puramente local (em que predominam os pequenos estabelecimentos de gêneros alimentícios e de roupas e fazendas) e de pequena diferenciação na produção industrial também voltada ao consumo local (fábricas de alimentos, bebidas, sabão, carroças etc). Encontramos em Itu uma fiação e tecelagem, fato que não nega a caracterização que fizemos anteriormente. Do mesmo modo que em Itu, encontramos em algumas outras cidades um ou dois estabelecimentos industriais de grande porte, sem que isso as transforme em "cidades industriais" já a essa época.

Essas características gerais e os efeitos específicos da localização de uma dada atividade ou estabelecimento nos municípios do interior podem ser avaliados ainda

uma vez pelos dados do *Recenseamento de 1920* reproduzidos na tabela 23.

Para a maior parte dos municípios, a parcela da população ativa dedicada à produção primária se situa entre 60 e 70% (salvo Amparo e Bragança em que atinge cerca de 80%). A atividade comercial absorve parcela aproximadamente constante da população ativa — em torno de 6 a 8%. O que distingue estas estruturas de distribuição da população ativa é a presença destacada de uma ou outra atividade, como a de transportes e comunicações em Rio Claro (dadas as instalações ferroviárias ali estabelecidas) ou a de têxteis em Sorocaba e Taubaté.

Em suma, pretendemos concluir que mesmo em 1920 não há estruturas urbanas particularmente diferenciadas nas cidades do interior do estado apesar das variadas dimensões dessas cidades e das diversas atividades agrícolas que as cercam.

TABELA 17

AMPARO – INDÚSTRIA: 1903-1907

	1903	1907
A) Alimentos		
Fábrica de massas	3	1
Refinação de açúcar	1	
Fábrica de torrar café		5
TOTAL	4	6
B) Bebidas		
Fábrica de cerveja	4	4
Fábrica de licores	1	
Destilarias	5	1
TOTAL	10	5
C) Outros		
Olarias	5	5
Fábrica de couro e cortumes		1
Fábrica de sabão	1	2
TOTAL	6	8
TOTAL GERAL	20	19

TABELA 18

AMPARO
COMÉRCIO, SERVIÇOS, PROFISSÕES LIBERAIS
COMÉRCIO

	1903	1907
Fazendas e molhados	30	42
Armarinhos, ferragens, louças	4	9
Livrarias	2	6
Negociantes nos bairros	44	
Cerveja e outras bebidas	2	8
Chapelaria	1	1
Cereais e gêneros alimentícios		10
Charutos e cigarros		10
Casas de calçados e móveis		8
Fogos artificiais		5
Materiais para construção		2
TOTAL	83	101
SERVIÇOS		
	1903	1907
Casas bancárias	2	2
Casas de comissões	2	
Compradores de café	7	6
Agência de negócios	2	3
Casas de desconto e câmbio		2
Tintureiros	3	3
TOTAL	16	16
Cocheiras	4	12
TOTAL GERAL	20	28

TABELA 19
ITU – INDÚSTRIA: 1910

	1910
A) Alimentos	
Fabricantes de açúcar	2
Refinação de açúcar	3
Fábrica de bolachas e biscoitos	1
Fábrica de massas	3
Fábrica de sorvete	1
TOTAL	10
B) Bebidas	
Fábrica de cerveja	3
Fábrica de gasosas e licores	2
TOTAL	5
C) Têxtil	
Fabricante de colchões	1
Fábrica de fiação e tecido	1
TOTAL	2
D) Transportes	
Fábrica de carros e trollys	1
Fábrica de carroças	4
TOTAL	5
E) Química	
Fábrica de sabão	1
Fábrica de velas	1
TOTAL	2
F) Outros	
Olarias	7
Fábrica de bengalas	1
Fábrica de bодоques	2
Fábrica de flores de coco	3
TOTAL	13
TOTAL GERAL	37

TABELA 20

ITU
COMÉRCIO, SERVIÇOS, PROFISSÕES LIBERAIS
COMÉRCIO

	1910
Fazendas, armarinhos e ferragens	31
Atacadistas	6
Casas de arreios, materiais para esgoto	7
Charutaria	2
Casa de calçados	5
Frutas, Secos e molhados	103
Vendedores de jornais	2
Livraria e papelaria	1
Casa de louças, vidros, cristais	7
Papéis e objetos de escritório	2
Casas de quadros e molduras	2
TOTAL	168

TABELA 21

FRANCA – INDÚSTRIA: 1902

	1902
A) Alimentação	
Fábrica de massas	1
Fábrica de sorvetes	1
TOTAL	2
B) Bebidas e Fumos	
Fábrica de cerveja	4
Fábrica de licores	2
Fábrica de cigarros	1
TOTAL	7
C) Não-Metálicos e Transporte	
Fábrica de tijolos e telhas	3
Fábrica de carros	4
TOTAL	7
D) Outros	
Fábrica de fogos	2
Engenhos centrais	3
Engenhos de Cilindro	15
Engenhos de Serra	10
TOTAL	30
TOTAL GERAL	46

TABELA 22
FRANCA
COMÉRCIO, SERVIÇOS, PROFISSÕES LIBERAIS
COMÉRCIO

	1902	1917
Fazendas, Armarinhos	56	46
Negociantes de secos e molhados		147
Leiterias		20
Cervejarias		2
Secos, molhados e gêneros do país	181	
Casa especial de forragem	11	
Casa de arreios e couros, estampas	7	
Casa de chapéus, quadros, objetos de escritório, roupas, louça	4	
Mascates	2	
Charutarias	2	
TOTAL	263	210

Faremos duas observações finais a respeito do desenvolvimento das cidades do interior.

Primeiro, a respeito da "modernização" desses centros, ou seja, da instalação de serviços de utilidade pública que se observa com intensidade a partir de 1900. O transporte urbano é limitado a alguns municípios (como Campinas e Taubaté); do mesmo modo encontramos em algumas cidades empresas privadas para o serviço de águas e esgotos (como Rio Claro e Ribeirão Preto); também empresas telefônicas dão conta deste tipo de comunicação no âmbito local. É, sem dúvida, o setor de energia elétrica que ganha particular relevo dada sua história plena de eventos significativos.

Em 1906, o *Anuário Estatístico de São Paulo* (20) registrava a existência de 34 empresas de iluminação em cidades do interior do estado. O padrão de tais empresas era bastante uniforme: trata-se quase sem-

pre de uma empresa individual que fornece energia para um município com base numa instalação hidrelétrica simples.

A partir de 1910, no entanto, observa-se a formação de alguns grupos de empresários que passam a controlar duas, três ou mais empresas de energia locais. De início trata-se de um processo meramente administrativo; mais tarde, porém, esta associação dá a base para a instalação de usinas hidrelétricas de maior porte e que passam a ter âmbito regional.

É certo que em 1910, o grupo Light adquire a Empresa Elétrica de Sorocaba (anteriormente de propriedade do Banco União de São Paulo), constituindo para sua operação a São Paulo Electric Company Ltd. Mas a primeira onda de concentração da propriedade de empresas de energia do interior se dá com base em grupos nacionais.

Assim, uma empresa da família Silva Prado controla as Empresas de Energia Elétrica de Ribeirão Preto e de Jaú, fornecendo em 1915 energia a onze municípios da região. Os empresários Fonseca Rodri-

(20) Repartição de Estatística e de Archivo do Estado de São Paulo. *Anuário Estatístico de São Paulo (Brasil)*. 1906. Vol. II. São Paulo, Typ. Espindola, 1909.

TABELA 23

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA DE ALGUNS MUNICÍPIOS
DE ACORDO COM O SETOR DE ATIVIDADE – 1920

(continua)

	Rio Claro	Ribeirão Preto
População Total – 1920	50.416	68.838
População Ativa	14.073 (27,9%)	20.361 (29,6%)
Produção Primária	9.028 (64,2%)	12.666 (62,2%)
Comércio	813 (5,8%)	1.501 (7,4%)
Administr. e Prof. liberais	627 (4,5%)	1.214 (6,0%)
Transporte e Comunicação	1.035 (7,4%)	1.183 (5,8%)
Construção	739 (5,3%)	986 (4,8%)
Vestuário e toucador	747 (5,3%)	1.278 (6,3%)
Metalurgia	722 (3,0%)	406 (2,0%)
	95,5%	94,5%
	Sorocaba	Itapetininga
População total	43.323	25.987
População Ativa	12.377 (28,6%)	7.423 (28,6%)
Produção Primária	5.289 (42,7%)	5.004 (67,4%)
Comércio	974 (7,9%)	600 (8,1%)
Administr. e Prof. Liberais	767 (6,2%)	501 (6,8%)
Transporte e Comunicação	551 (4,5%)	336 (4,5%)
Construção	672 (5,4%)	207 (2,8%)
Vestuário e Toucador	923 (7,5%)	483 (6,5%)
Têxteis	2.042 (16,5%)	10 (0,1%)
	90,7%	96,2%
	Guaratinguetá	Taubaté
População Total	43.101	45.445
População Ativa	11.861 (27,5%)	13.711 (30,2%)
Produção Primária	7.726 (65,1%)	7.153 (52,2%)
Comércio	868 (7,3%)	1.101 (8,0%)
Administr. e Prof. Liberais	789 (6,7%)	693 (5,1%)
Transportes e Comunicação	256 (2,2%)	706 (5,2%)
Construção	641 (5,4%)	753 (5,5%)
Vestuário e Toucador	988 (8,3%)	1.230 (9,0%)
Têxteis	94 (0,8%)	1.574 (11,5%)
	95,8%	96,5%

**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA DE ALGUNS MUNICÍPIOS
DE ACORDO COM O SETOR DE ATIVIDADE – 1920**

(conclusão)

	Campinas	
População Total	115.602	
População Ativa	41.710 (36,1%)	
Produção Primária	24.946 (59,8%)	
Comércio	3.408 (8,2%)	
Administr. e Prof. Liberais	2.710 (6,5%)	
Transportes e Comunicação	2.737 (6,6%)	
Construção	1.816 (4,4%)	
Vestuário e Toucador	2.575 (6,2%)	
Metalurgia	1.190 (2,9%)	
Têxteis	570 (1,4%)	
	<u>96,0%</u>	
	Amparo	Bragança
População Total	47.713	55.719
População Ativa	15.794 (33,1%)	17.941 (32,2%)
Produção Primária	12.579 (79,6%)	15.001 (83,6%)
Comércio	529 (3,3%)	870 (4,9%)
Administr. e Prof. Liberais	486 (3,1%)	456 (2,5%)
Transportes e Comunicação	404 (2,6%)	249 (1,4%)
Construção	436 (2,8%)	357 (2,0%)
Vestuário e Toucador	641 (4,1%)	502 (2,8%)
	<u>95,5%</u>	<u>97,2%</u>
	Itu	Piracicaba
População Total	30.392	67.732
População Ativa	8.592 (28,3%)	18.198 (26,9%)
Produção Primária	6.020 (70,1%)	12.140 (66,7%)
Comércio	360 (4,2%)	1.086 (6,0%)
Administração e Prof. Liberais	750 (8,7%)	1.015 (5,6%)
Transportes e Comunicação	236 (2,8%)	675 (3,7%)
Construção	318 (3,7%)	816 (4,5%)
Vestuário e Toucador	425 (4,9%)	1.225 (6,7%)
	<u>94,4%</u>	<u>93,2%</u>

gues, Ataliba Valle, Ramos de Azevedo e Ernesto de Castro dirigiam as empresas de Araraquara, São Paulo e Rio (no Vale do Paraíba) e de Melhoramentos Urbanos (Piracicaba e São Manoel); Cardoso de Mello Neto, Eloy Chaves e Rodrigues Alves estavam ligados à empresas de Jundiaí e de Rio Claro; Armando Salles Oliveira e Júlio Mesquita às de Taquaritinga, Jaboticabal e de S. Simão — Cajuru. Finalmente, em 1912 é formada a Companhia Paulista de Força e Luz, por empresários nacionais (Manfredo e Tácito da Costa, Artur Getúlio Neves e José Balbino de Siqueira), todos eles já ligados anteriormente a empresas de energia e com o objetivo de associá-las em empresa de maior porte.

No correr da década de vinte, no entanto, esse processo sofre uma mudança de direção. A concentração se acelera mas agora sob o controle de dois grandes grupos estrangeiros: a Light e a Bond and Share. Entre 1927 e 1928, a Light adquire o controle de várias empresas de energia na região do Vale do Paraíba e ainda em Itu, Jundiaí e Porto Feliz. Por sua vez, a Bond and Share, após controlar a Companhia Paulista de Força e Luz agrega à sua empresa as fornecedoras de energia de Ribeirão Preto, Jaú, Franca, Barretos, Araraquara, Jaboticabal, Taquaritinga, Batatais, Brotas, Bebedouro, Campinas, Amparo.

Não é necessário prosseguir para mostrar que o setor de energia elétrica se concentrou nas mãos dessas duas empresas. Desse modo, era retirado dos empresários locais o controle sobre esse tipo de atividade que vinha, afinal, atuar no sentido da concentração das atividades administrativas e financeiras na cidade de São Paulo.

A segunda observação refere-se ao setor bancário. Se já vimos sua força no município da capital, cabe indagar sobre o que existia nos municípios do interior. Se nos anos noventa podemos encontrar grande número de pequenos bancos no interior

(como Industrial Amparense, União de São Carlos, Norte de São Paulo, de Piracicaba, de Ribeirão Preto, de Araraquara), após os anos de crise do início do século apenas dois mantêm-se durante toda a Primeira República: Melhoramentos do Jaú e Popular de Guaratinguetá. No correr do período em foco, outros pequenos bancos surgem para desaparecer logo em seguida: é o caso do Banco Campineiro (de 1906), Regional de Mocóca (de 1900) e dos bancos de custeio rural. Sua participação no conjunto dos negócios bancários do estado sempre foi pequena de modo a alcançar em conjunto apenas 1 a 2% do total de depósitos do sistema de crédito.

No ano de 1928, no entanto, encontramos o registro de 46 bancos e casas bancárias com sede em cidades do interior. Embora sua participação nos depósitos do sistema bancário de São Paulo não supere, nesse ano, 4% do total, este fato merece alguma reflexão.

É certo que a regulamentação da atividade bancária em 1922 pelo Governo Federal deve ter contribuído para que muitos comerciantes ou capitalistas formalizassem o caráter de seus negócios bancários⁽²¹⁾. Acreditamos, no entanto, que este fato não basta para justificar o substancial aumento do número de estabelecimentos de crédito registrados.

A evidência empírica disponível não é suficiente para uma conclusão definitiva, mas acreditamos que, no curso da década de vinte, esteja ocorrendo transformação razoável nos quadros até aqui delineados para as economias das cidades do interior. Nesses anos, bancos nacionais e estrangeiros com sede na capital instalam várias agências em cidades do interior. Sabemos também que está se definindo, ao lado da agricultura de exportação, um setor produtor de alimentos. Em suma, aos clás-

(21) Cf. SAES. O Desenvolvimento do Crédito e dos bancos em São Paulo. Op. Cit. Apêndice.

sicos fluxos entre fazendeiros e exportadores (passando pelos intermediários) parecem estar se adicionando novos fluxos de mercadorias e financeiros. Acreditamos, portanto, que se abre maior espaço, nas cidades do interior, para uma circulação monetária independente do processo exportador e, como tal, para a atividade bancária ali localizada.

É difícil avaliar, com a evidência disponível no momento, os possíveis efeitos desta mudança quanto à divisão do traba-

lho nestes centros urbanos. Evidentemente, a especialização e a diferenciação das atividades aí desenvolvidas não depende apenas do fator mencionado. Pelo contrário, a concentração industrial na capital continua a jogar no sentido contrário. Desse modo, menos do que uma conclusão definitiva cabe mencionar a possibilidade que desponta nos anos vinte — cuja expressão é a multiplicação de estabelecimentos de crédito — mas cuja dimensão só pode ser avaliada rigorosamente com base em estudos mais aprofundados.